



Como tantas: Maria

Michele de Freitas Faria de Vasconcelos

RESUMO – Como tantas: Maria. O texto apresenta resultados de pesquisa sobre modos de subjetivação de relações homoeróticas em um CAPS de Aracaju/SE. Busca desnaturalizar práticas, crenças e valores articulados em estereótipos sobre as questões de gênero e sexualidade encontradas nos discursos das diferentes funções sujeito que compõem o campo de intervenção: técnico/as, usuário/as, familiares e gestore/as. A pesquisa salienta modos de atualização da discriminação que se traduzem em *pedagogias de gênero e sexualidade*, formando e informando relações institucionais e práticas profissionais. Sinalizando limites, limitações e desafios da política de saúde mental, orientado para discutir o caráter de evidência dos saberes e fazeres que produzem e naturalizam corpos normalizados e identificados, o itinerário volta-se para o encontro com o inusitado. Linhas imprevisíveis de análises apontam direções outras, desenhando formas inventivas de relação com o *outro*. Formas, inclusive, ainda por virem.

Palavras-chave: Saúde Mental. CAPS. Modos de Subjetivação. Relações Homoeróticas. Pedagogias de Gênero e de Sexualidade.

ABSTRACT – Like many others: Maria. This paper presents research results about modes of subjectivation of homoerotic relations in a CAPS in Aracaju, Sergipe. Aims to denaturalize sexual practices and values found in the discourses of different functions subject which compose the field of intervention: technicians, users, relatives and managers. The research points out changes and ways of updating discrimination which reveals themselves in ‘gender and sexuality pedagogies’ forming and informing institutional relations and professional practices. Signaling limits, limitations and challenges of the public policy of the mental health, and orientated to discuss the character of evidence of the knowledge and practices which produce and naturalize normalized and identified bodies, the itinerary turns to meet the unexpected. Unpredictable lines of analyses which points towards other directions, drawing inventive forms of relations with the ‘other’. Forms even yet to come.

Keywords: Mental Health. CAPS. Modes of Subjectivation. Homoerotic Relations. Pedagogies of Gender and of Sexuality.

O curta de animação *Vida Maria* de Márcio Ramos (2007) inicia com a seguinte cena: numa casa do sertão nordestino, a menina Maria José está na janela *desenhando nome*, quando sua mãe, irritada, vai ao seu encontro e lhe chama atenção: “em vez de ficar perdendo tempo desenhando nome, vá lá fora arranjar o que fazer vá. Tem o pátio pra varrer, tem que dar água pros bichos. Vai menina! Vê se tu me ajuda Maria!”. Maria prontamente obedece. Ao longo do tempo, Maria José vai parando de *escrever nome* e cada vez mais seu corpo vai se encerrando nas tarefas designadas por sua mãe e encarnando um modelo de mulher instituído e naturalizado. Este se resume em casar com um homem, ter filhos e desenvolver tarefas domésticas. Maria casa, tem *uma penca* de filhos, trabalha, envelhece. O tempo passa (passa?) e Maria não percebe. Quando a menina Maria de Lourdes, sua filha, está na janela *escrevendo nome*, Maria José, encarnação de sua mãe, irritada como ela, vai ao seu encontro e lhe chama atenção: “em vez de ficar perdendo tempo desenhando nome, vá lá fora arranjar o que fazer vá. Tem o pátio pra varrer, tem que dar água pros bichos. Vai menina! Vê se tu me ajuda Maria!”. Uma nova (nova?) Maria está sendo formada...

Da Fabricação de Corpos e Sujeitos Sexuados, Generificados e Sexualizados

De acordo com Foucault (2001, p. 146), a potência da economia de poder moderna, a qual se atualiza no contemporâneo, reside no fato dela materializar-se em técnicas de subjetivação, assumindo as formas mais regionais e, dessa forma, atingindo a *realidade* mais concreta dos corpos: “o poder penetrou no corpo [individual e social]¹, encontra-se exposto no próprio corpo” e produz efeitos sobre ele.

Com a finalidade de administração da vida, o biopoder, antes de tudo, investe no biológico, no somático, no corporal: “o biológico reflete-se no político, fazendo com que haja uma proliferação de tecnologias políticas que, a partir de então, vão investir sobre o corpo, a saúde, as maneiras de se alimentar e de morar, as condições de vida, todo o espaço da existência”, o que inclui os modos de ser homem e mulher, as masculinidades e feminilidades, bem como as formas de e com quem ter relações afetivo/sexuais (Piovezani Filho, 2004, p. 139).

Esse tipo de relações de poder põe em circulação práticas discursivas e não-discursivas que, de acordo com interesses particulares, fazem a circunscrição da vida em quadros de referência específicos. Tais práticas tomam corpo e tomam o próprio corpo em esquemas de comportamento, em conjuntos técnicos, em instituições que, atuando de forma articulada, operacionalizam a transmissão e a difusão de modos específicos de subjetivação. A medicina é uma dessas instituições, como também a psiquiatria, a sexologia, a farmacologia, a psicologia, a pedagogia, a demografia, a estatística, as *mass media*, a religião etc.

Uma vez organizadas entre si, as instituições produzem uma sensação de estabilidade, que tende a ser naturalizada, e uma operação contínua de moralização. Nesse sentido, a instituição *moral* parece se apresentar como “âncora invisível de todas as outras instituições – derradeira tábua de salvação, arrimo do instituído –, reproduzindo sempre o mesmo como se fosse o único modo de existência” (Paulon, 2006, p. 121). A constituição do sujeito se dá, assim, atravessada pela moral estratificada de uma época.

Perspectivado dessa maneira, “o corpo é uma realidade bio-política” e as diversas instituições são estratégias biopolíticas (Foucault, 2001, p. 80). Nessa direção, especifica-se o sentido de educação e de pedagogia: o cerne da função educativa parece ser garantir uma socialização padronizada sob a égide do Estado capitalista e a pedagogia um mecanismo para operacionalizar tal função. Educação e pedagogia têm como objetivo educar, formar corpos e sujeitos, construir para eles um possível pré-estruturado.

Em outras palavras, tal economia de poder “impõe a si mesma o dever de fazer de cada um de nós alguém [...] com uma identidade bem definida pelos cânones da normalidade [...] que marcam aquilo que deve ser habitual, repetido, reto, em cada um de nós” (Ferre, 2001, p. 196). Na esteira dos dispositivos de identificação modelizantes, tal como o educacional, “o ‘eu’ se forja em peles” (Swain, 2002, p. 325): corpos normalizados, enrijecidos, subjetividades identificáveis ou identificadas, identidades resistentes.

Um conjunto de práticas é, então, estabelecido para suprimir a desordem, a ambivalência, a indefinição, o desenquadramento, o imprevisível, instaurando-se uma espécie de etnocentrismo que, além da recusa em aceitar o não-semelhante, o não-idêntico, constrói o preconceito que instrumentaliza uma relação de dominação (Elias, 2000). Apresenta-se, assim, uma obsessão pela diferença: uma urgência em sublinhar as diferenças a fim de mantê-las distantes, tornando-as conhecidas, nomeáveis, imóveis (Veiga-Neto, 2001). Identificados, marcados como identidades dissidentes/ desviantes/ anormais/ doentes, o corpo dos *outros*, *corpo abjeto*, parece marcar as fronteiras e os limites, indicando “o espaço que não pode ser atravessado” (Louro, 2004, p. 18).

Desse modo, fabricou-se o corpo do outro: totalidades de anormalidade, dependentes das *traduções oficiais* que insistem em aprisionar/integrar a diferença a discursos e práticas institucionais, identificando-a, petrificando-a, opondo-a a nós e ao nosso corpo, *totalidades de normalidade* (Duschatzky; Skliar, 2001). *Traduções etnocêntricas* que não negam a diferença, e sim se apropriam da mesma, “traduzindo-a à sua própria linguagem” (Larrosa; Skliar, 2001, p. 19).

Nós/Outros. “As oposições binárias supõem que o primeiro termo define a norma e que o segundo existe fora do domínio daquele” (Veiga-Neto, 2001, p. 113). Além disso:

[...] a norma, ao mesmo tempo que permite tirar, da exterioridade selvagem, os perigosos, os desconhecidos, os bizarros – capturando-os, tornando-os inteligíveis, familiares, acessíveis, controláveis -, ela permite enquadrá-los a uma distância segura a ponto que eles não se incorporem ao mesmo. Isso significa dizer que, ao fazer de um desconhecido um conhecido anormal, a norma faz desse anormal, mais um caso seu. Dessa forma, também o anormal está na norma (Veiga-Neto, 2001, p. 115).

Aqueles que se furtam ao esquadramento, à identificação, que vivem “os limbos felizes de uma não-identidade” (Foucault, 2004, p. 88), que habitam as fronteiras rigidamente estabelecidas entre identidade normal e anormal, anunciando a arbitrariedade de tais divisões, são postos entre parênteses, traduzindo-se o hibridismo, a resistência de corpos que ousam não se enquadrar nos modelos identitários propostos, em apagamento.

Antes de amanhecemos a vida, há que nos sentir e nos colocar em um e somente num dos lados das séries dicotômicas. Talvez por isso, dentre as diversas díades, aquela que é representada como mais central é a divisão entre homens e mulheres, mais especificamente, aquilo que se refere às identidades de gênero e identidades sexuais. A partir do momento em que se criou a noção da *bi-sexualidade* originária (diferenças sexuais radicais e naturalizadas entre Homem e Mulher), o sexo *biológico* aparece como evidência maior da identidade *humana*: “algo invasivo, que perpassava o caráter, amores, sentimentos e sofrimentos morais dos indivíduos” (Costa, 1996, p. 86).

Disso decorre a necessidade de saber logo o sexo do bebê, ter a certeza de que ele está seguro, abrigado em um dos lados da série binária. Caso essa diferenciação não ocorra, instala-se a urgência do médico, representante da normalização, em interferir na ambiguidade e delimitar, sem vacilo, o sexo do bebê: a angústia dos pais, da família, da comunidade, da sociedade, se encontra materializada nas intervenções precoces da equipe médica.

Ressalte-se aqui o questionamento de Corrêa (2004, p. 174) acerca do porquê, “em nossa sociedade”, a mutilação sexual não é problematizada como o é pelas pessoas que a estudam “nas assim chamadas sociedades primitivas”. “Convenções disciplinares [...] regem a discussão dessas intervenções sobre o corpo na nossa sociedade e em outras sociedades: convenções médicas, convenções jurídicas, convenções antropológicas, entre outras”. Nessa mesma direção, Louro (2004, p. 15) indica que:

[...] a declaração “É uma menina!” ou “É um menino!” [...] instala um processo que, supostamente, deve seguir um determinado rumo ou direção. A afirmativa, mais do que uma descrição, pode ser compreendida como uma definição ou uma decisão sobre um corpo. [...] essa asserção desencadeia todo um processo de “fazer” desse corpo um corpo feminino ou masculino [...] um processo de masculinização ou de feminização com o qual o sujeito se compromete. Para se qualificar como sujeito legítimo, como um “corpo que importa”, o sujeito tende a se ver obrigado a obedecer às normas que regulam sua cultura.

Nesse mesmo sentido, Butler (2003, p. 25) problematiza o conceito de gênero:

[...] o gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado [...]; o gênero não está para a cultura, assim como o sexo está para a natureza; ele também é o meio discursivo cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como pré-discursivo. Colocar a dualidade do sexo em um domínio pré-discursivo é uma das maneiras pelas quais a estabilidade interna e a estrutura binária do sexo são eficazmente asseguradas.

Entendendo, então, ambos, gênero e sexo, como construções político-culturais, “a lógica que supõe o sexo como um ‘dado’ anterior à cultura e lhe atribui um caráter imutável, a-histórico e binário”, não está garantida de uma vez por todas: “um trabalho pedagógico contínuo, repetitivo e interminável é posto em ação para inscrever nos corpos o gênero e a sexualidade ‘legítimos’” e, mais ainda, para naturalizar as normas de gênero (Louro, 2004, p. 16). Tais normas “têm, portanto, caráter performativo [...] de produzir aquilo que nomeiam”: corpos e sujeitos normalizados, sexuados, generificados e sexualizados (Louro, 2004, p. 43-44).

Nesse sentido, o dispositivo *sexualidade* (Foucault, 2005), com suas *pedagogias do gênero e da sexualidade* (Louro, 2004, 2007), articula-se com inúmeros outros dispositivos e pedagogias que compõem a trama biopolítica e objetivam formar sujeitos e seus corpos de modo a torná-los úteis aos mecanismos de poder em jogo. “Despertaí jovens, de vossos gozos ilusórios, de vossos disfarces e lembrai-vos de que tendes um verdadeiro sexo”. “Não nos enganemos a respeito de nosso sexo”! “A ordem sexual é onde devemos procurar nossa verdadeira e definitiva identidade”! Regimes de verdade em que valores circulam como verdades, cuja força situa-se na sua reafirmação constante (Foucault, 2004, p. 85).

Por meio do dispositivo *sexualidade*, ou seja, através de um conjunto heterogêneo de práticas que desempenham uma função estratégica de sujeição, naturaliza-se o dimorfismo sexual (ou se existe como homem, ou como mulher) e a heterossexualidade (o único tipo pensável e possível de relação sexual, justificada pela reprodução); instaura-se uma correspondência sem frestas, entre sexo, gênero e sexualidade. Por exemplo, o indivíduo que nasce com uma genitália masculina, deve transformar-se em um homem no plano das expectativas e identificações de gênero, manifestando *naturalmente*, no plano da sexualidade, desejos e práticas sexuais (Bento, 2004; Foucault, 2004; Louro, 2004).

Esse sistema sexo/gênero/sexualidade polariza, hierarquiza e fixa identidades assimétricas, fundamentadas no sexo:

De um lado, o [Homem], o masculino, cuja genitália física e metafórica, concede-lhe um local de poder e de autoridade enquanto sujeito universal: homem sinônimo de humano, [de humanidade], sujeito dotado de transcendência. De

outro, [a mulher], o feminino, o Outro inevitável, marcado [pela natureza], pela imanência de um corpo que lhe é destino, na maternidade e na sexualidade (Swain, 2002, p. 328).

Esse mesmo sistema polariza, hierarquiza e fixa as identidades assimétricas do Masculino e do Feminino, do Heterossexual e do Homossexual, estigmatizando as identidades que compõem o segundo termo da série binária e colocando entre parênteses, desautorizando a existência do nomadismo e hibridismo que ocorre no *entre*, no *meio* desses pólos, região habitada por intensidades que resistem à purificação e que trazem consigo a possibilidade de desestabilizar tais fronteiras identitárias.

Em última análise, tendemos a estar presos a identidades e limites, a um determinado “modelo de caracterização do humano que veio sendo construído no plano da visibilidade (no interior da moral e da lei) desde a Antiguidade até a Modernidade” (Ceccim; Palombini, s.d., p. 3). Este modelo apresenta como um ideal, como “um imaginário representativo (fixação, identidade, forma)” (Ceccim; Palombini, s.d., p. 3), o Homem, o homem da razão, masculino, branco, adulto, heterossexual, trabalhador, viril, forte, que tem nome, bens, patrimônios a honrar, poder de consumo, o que lhe concede um local de poder e de autoridade como sujeito universal: a Humanidade.

Contemporaneidade. Sociedades de controle. Advento de redes digitais, midiáticas e informacionais. Aceleradas transformações trazem consigo a desestabilização de não tão antigas certezas: parâmetros de tempo, espaço, história, relação consigo/com os outros/com o mundo, de *realidade* caem por terra. Tais transformações e seus efeitos tendem a ser vivenciados de forma perturbadora, colocando em xeque os modos convencionais de *ser/estar/habitar*, perturbando as formas tradicionais de pensar e de experienciar sexo, gênero e sexualidade.

Desde os idos de 1960, surfamos uma onda crescente de mudanças e experimentações relacionadas às práticas sexuais e de gênero: manifestações feministas, pílula anticoncepcional, novas formas de união e de relações afetivo-sexuais, maior visibilidade de homens e mulheres homossexuais. A partir dos anos 80, mesmo com o espectro da AIDS e demais DST's à espreita, solicitando-se um recrudescimento, um retorno a *antigas* padronizações morais, tal onda rebenta de forma ainda mais acelerada: embriões e sêmens congelados; pessoas que, após uma parafernália de intervenções médicas e psicológicas, reclamam uma nova identidade civil para completar o processo de transexualidade; transexuais que não almejam intervenções cirúrgicas para mudança de sexo; transexuais gays e lésbicas; novos modos de exercer paternidade e maternidade; pessoas que reivindicam a não realização precoce da cirurgia para corrigir a *genitália ambígua*; relações sexuais virtuais que desprezam dimensões de espaço, tempo, gênero, sexualidade. E tudo isso parece virar comércio (Louro, 2004; Bento, 2004).

Esse cenário traz consigo a possibilidade de problematização do pensamento moderno dicotomizante. Nesse sentido é que, nos últimos anos, temos

assistido a um aparente aumento do espaço social de aceitação das práticas homoeróticas, inclusive na mídia. No entanto, indo além das aparências, ainda persiste o estereótipo estigmatizante em relação ao tema. Talvez se possa argumentar que já não se expressa como explícita exclusão-agressão, tendo sido substituída por uma *exotificação* ou por um *modismo-consumista* que, de forma mais sutil, ainda encerra requintes de violência: persiste subjacente uma concepção e experiência de estigmatização das práticas homoeróticas, esse modo restritivo, segregante e excludente de subjetivar tal evento, definido pela mesma lógica capitalística, agora modulada².

A partir de tal modulação, a biopolítica parece ir bem com a homossexualidade. A estratégia política de dominação tende a se mover não mais a partir do binarismo hetero/homo. Se há algum impasse ainda não absorvido é a poligamia: tolera-se casais de todos os tipos, desde que sejam casais estabelecidos, com residência fixa, filhos, paguem impostos e sejam monogâmicos. Dessa forma, numa espécie de contra-ataque à idéia de promiscuidade que tende a se articular à expressão homoerótica, deslizam-se as relações homoeróticas para o padrão de monogamia fidelizada, fixada. A assertiva *todo gay é promíscuo* tende a dar lugar a afirmativas do tipo *é gay, mas é casado, é gay, mas tem filhos*, realizando-se, assim, toda uma codificação moral dos *casais* gays, os quais, por sua vez, acabam encerrando sua luta no apelo a uma soberania exterior, ou seja, na luta por direitos garantidos juridicamente. Estes últimos tendem a restringir todo universo de expressões, práticas e relações homoeróticas a identidades fixas e imutáveis que se aglomeram e se padronizam sob a categoria *Homossexualidade*. Na contramão de tal padronização, Foucault (2001, p. 21) afirma que “[...] na raiz daquilo que não conhecemos e daquilo que não somos não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente. Eis porque, sem dúvida, toda origem da moral, a partir do momento em que ela não é venerável, é crítica”.

Nos dias atuais, há, então, uma sofisticação das técnicas de poder que atuam sobre os corpos:

[...] o que se tem é abertura, sob a forma da libertação do corpo, e não mais seu disciplinamento [...]. Nesse sentido, a história caracterizaria a atualidade pela suposta inexistência de distinções, separações e segregações instauradas pelo poder, [...], desde o início do século XX, pós levantes feministas e de outras minorias, pós Maio de 68, desde a segunda metade desse século e, especialmente no Brasil, pós abertura política, que se seguiu à [...] Ditadura Militar [...]: direito à livre expressão, direito ao próprio corpo. Ocorre que não se trata, de fato, da efetivação do ideário democrático e igualitarista, mas, antes, de uma passagem, de um deslizamento, visto que se pode vislumbrar na atuação do poder (pós)-moderno um largo deslocamento que vai do **controle-repressão**, próprio da sociedade disciplinar, para aquele do **controle-estimulação**, das sociedades de controle, no qual se observa a eficiência da fórmula **Fique nu... mas seja magro, bonito, bronzeado!**, [Seja homossexual, mas não seja gay e sim discreto, fiel, tenha o corpo bonito e tenha dinheiro!] (Piovezani Filho, 2004, p. 145-146).

Todos podem ficar nus, mas não de qualquer jeito! Todos podem ter relações homoeróticas, mas não de qualquer jeito!, sob pena de terem suas práticas circunscritas e estigmatizadas! Todos podem ser diferentes (e devem respeitar as diferenças), desde que circunscritos a um calhamaço de formas pré-fabricadas de existir. Todos são cidadãos livres e de direitos, desde que tenham poder de consumo! Desse modo, produz-se um fechamento, uma cisão dentro-fora que se articula com as políticas do corpo em voga. Mesmo que de forma modulada, tais políticas ainda se pautam num padrão modelizante – muito embora, um padrão móvel, movente –, segregando e alijando aqueles que a ele não se enquadram. E tudo isso é *válido e verdadeiro* também para os *hetero*!

Pode-se aqui assinalar como as práticas homoeróticas têm sido, ultimamente, retratadas nas novelas da rede Globo: gays e lésbicas de classe alta e média, com corpos lindos e esbeltos, discretos, *plantados*, com poder de consumo, uma *homossexualidade clean* (Trevisan, 2004). Produz-se e veicula-se, assim, modelos estéticos, “onde bonito é ser igual – daí o próprio termo ‘barbie’, a boneca padronizada e fabricada em série, sempre idêntica”, para se referir à “homogeneidade das imagens virilizantes e masculinizantes” que se impõem no caso dos homossexuais masculinos (Gontijo, 2004, p. 67). Todavia, esse mesmo termo poderia ser usado para se referir às lésbicas emplastificadas da TV.

Em última análise, na contemporaneidade, mediante a ausência de princípios claros que hegemonizem as formas de ser e de viver, parecemos estar abertos a todos os tipos de diferenças: temos que marcar nossa individualidade, que ser diferentes, que respeitar as diferenças, desde que elas estejam circunscritas a um calhamaço de formas pré-fabricadas de existir, às quais aderimos ou não por conta da nossa *capacidade* de consumo. Mais do que nunca, os objetos consumidos deixam de ser manipulados apenas como instrumentos e passam a atribuir significado: o indivíduo é classificado e diferenciado dos demais a partir de suas possibilidades de consumir os objetos expostos no mercado. Nesse sentido, afirma Coimbra (2001, p. 62-63) “os cidadãos hoje são muito poucos: consumidores”. Todos aqueles que não têm poder de consumo são considerados estranhos, diferentes, outros.

Narrativas-Resistência

Seguindo os rastros de Foucault (2005) e partilhando de sua ideia de que onde há poder, há resistência, no presente texto, me proponho a tentar compor com modos de resistência a esse jogo de pedagogias que, atuando a favor do biopoder, visa formar e, de modo subsequente, administrar a vida das pessoas. Estas, por sua vez, tendem a lhes investir, lhes clamar e lhes potencializar, “ainda que nem sempre de modo evidente e consciente” (Louro, 2007, p. 25). O objetivo é tentar seguir “movimentos muitas vezes microscópicos, subterrâneos, invisíveis, mas que silenciosamente estão produzindo outras verdades, outras realidades, outras histórias” (Coimbra, 2001, p. 75).

Na tentativa de produzir entendimentos que rompam com essencialismos e com a lógica capitalística, parto de narrativas de pessoas que habitam a saúde mental do sistema de saúde de Aracaju-Sergipe. Nessa direção, é importante dizer que todas as narrativas aqui utilizadas foram retiradas da minha dissertação de mestrado (Vasconcelos, 2008). A pesquisa qualitativa tratou-se de uma pesquisa-interferência – no sentido da Análise Institucional francesa – de inspiração etnográfica, marcada por uma longa e regular frequência no campo a que chamo de inserção-implicação. Esta teve como ponto de ancoragem o objetivo de cartografar modos de subjetivação de relações homoeróticas num Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)³ que compõe a rede de saúde mental do município de Aracaju. Vale ainda dizer que o projeto da pesquisa em questão foi submetido, avaliado e aceito pelo Comitê de Ética do Instituto de Saúde Coletiva/UFBA, pela gestão do referido CAPS e pela gestão de saúde mental do município de Aracaju. O projeto foi recebido no CEP/Ministério da Saúde.

Para a produção dos dados, num período de quatro meses de inserção no CAPS pesquisado, utilizamos cinco fontes: 1) *Análise Documental* de Projetos Terapêuticos Singulares e de prontuários; 2) *Produção de diário de campo*: observação, participação e registro de atividades terapêuticas grupais (oficina de sexualidade, oficina de teatro, grupo de familiares), de espaços de discussão e gestão coletiva (assembleias e reuniões de equipe) e de outras atividades de rotina e espaços informais (conversas informais com usuário(a)s, técnico(a)s e familiares, observação do fluxo de interações e dos discursos que circulavam nos espaços de convivência); 3) *Grupos Focais (GF)*: 01 com membros da equipe, 01 com usuário(a)s e 02 com familiares, sendo todos compostos por um mínimo de 06 e um máximo de 12 membros; 4) *Entrevistas semi-estruturadas*: 07 entrevistas com membros da equipe; 01 entrevista com uma usuária; 5) *Entrevistas não-estruturadas*: 02 entrevistas com ex-trabalhadore(a)s do CAPS em apreço, os quais participaram do processo de construção inicial do serviço; 01 entrevista com uma usuária; 01 entrevista grupal com três usuário(a)s que vivenciavam questões que circundam o tema das práticas homoeróticas; 01 entrevista com o facilitador de um espaço político-pedagógico da Associação Sergipana de Travestis, em que se discute o tema das relações, práticas e expressões homoeróticas, o qual uma usuária deste CAPS costumava frequentar e que os outros usuário(a)s entrevistado(a)s já visitaram. Ressalte-se ainda que todos os GF e entrevistas foram gravados e iniciados com a leitura e assinatura voluntária de Termos de Consentimento Livres e Esclarecidos de todos as/os participantes.

Na contramão de perspectivas fundamentalistas e universalizantes, resalto aqui a importância de nos atermos àquilo que Foucault (2001) denomina de *senso incomum*, ou seja, a importância de (re)ativar, de convocar os saberes desclassificados, desqualificados, assujeitados, desconsiderados, saberes locais, menores, capazes de desnaturalizar a *ótica dos vencedores*, pois guardam em si a *memória dos combates*. Ao nos aproximarmos, ao nos misturarmos, ao compormos com esses movimentos de ruptura, abrimos espaços para a expres-

são e experimentação de processos singulares, os quais abrem caminho para a produção de novas histórias e novos modos de subjetivação.

Relembrando o ditado cesariano, *traduttore, traditore*, desnaturalizar a *ótica dos vencedores* não passa, porém, por dar voz à *ótica dos vencidos*, a uma moral escrava complementar à primeira. Na tentativa de romper com essa perspectiva, o que se buscou foi a análise de práticas, produzindo entendimentos para além e para aquém do lugar de especialista ou de usuário/a de serviços de saúde que as pessoas possam ocupar. Desse modo, rastreou-se não um *quem*, um sujeito identificável e identificado. Numa tentativa de escapar de identidades institucionalizadas, buscou-se um *quê*, ou melhor, alguns *quês* que possibilitassem a produção de análises e a desestabilização de paisagens instituídas.

Desse modo, num processo de busca de outras formas de tradução e outros tradutores, como uma *contramemória* (Foucault, 2001), a tentativa foi a de mapear, tracejar e potencializar uma paisagem coletiva, um pensamento analista que indica que, para “além de qualquer política coisificante de identificação” (Larrosa; Skliar, 2001, p. 16), a vida dos homens e das mulheres, a vida dos gays e das lésbicas, a vida da/os negra/os, a vida do/as pobres, a vida do/as louco/as, da/os que vivem na periferia, a vida da/os moradores de rua, a vida das pessoas “é tão mutante como a de todos os grupos humanos e que boa parte delas se fixa, temporalmente, na trama de suas tecelagens, quer dizer, em suas narrativas” (Aléxis López, 2001, p. 194). Mais do que isso, suas narrativas nos informam que as fronteiras rigidamente edificadas entre grupos identitários de Raça, de Sexo, de Gênero, de Sexualidade, de Religião, de Cultura, de um Diagnóstico, com letras maiúsculas, são produções gestadas no bojo dessa mesma lógica identitária e que, no entanto, na *vida real* as diferenças/desigualdades/(desa)filiações se encontram articuladas.

[...] Ela compreende o quanto ela é oprimida, sabe? O quanto ela sofreu pressão, sabe? [...] porque, tipo assim, ela conserva nela características identitárias que não são assim, boas, assim, que são consideradas pejorativas pela sociedade, sabe? Porque ela é negra, ela não é padrão de beleza, sabe? Ela é gorda, sabe? Ela pode... as pessoas podem dizer que ela é feia, sabe? E tipo assim, negra, mulher e sapatão. Então, sabe? Então, sabe? Ter tudo isso e a gente sabe que a sociedade é preconceituosa... E louca, louca, ainda. Tu entende? Então é muita coisa pra uma pessoa só, sabe?

Como tantas: Maria

Como tantas, a cidade encanta, à primeira vista, à primeira vista. Maria, Maria, Maria será mais uma **na lista**⁴. Como pode em sua consciência se ninguém se espanta com suas tristezas? [...] Maria é mesmo tantas no ventre da cidade

[...] Maria é como tantas e ninguém e ninguém mais se espanta, na cidade a vagar (Tim Rescala/ Luis Alberto de Abreu/ Luiz Fernando Carvalho).

Entra em cena a perspectiva de Maria, de várias Marias que desafiam toda a lógica instituída:

... *Marias negras...*

1. Qual é a sua cor?

Ah, morena...

Morenaço [um usuário assinala em tom de crítica].

Voz no fundo: [cita-se o nome da usuária], você é morena? Você é negra, você é negra.

Eu não sou urubu.

2. Sua cor?

Negra⁵.

...*Marias pobres...*

A casa permanece sem água encanada e sem banheiro, o que dificulta a melhoria da qualidade de vida da usuária, a qual alega não ter condições financeiras para custear as despesas com água, energia e alimentação [registros em prontuário].

...*Marias da periferia...*

Mora só; segundo ela, seu bairro é muito violento e isso tem a deixado assustada e com medo. Já foi assaltada e amarrada; relata não conseguir dormir devido à preocupação com vizinhos; “preciso mudar de residência” (sic); vizinhos alcoólatras, de ambos os lados, perturbam seu sono de madrugada [registros em prontuário].

Água e luz encontram-se cortados; realizada visita domiciliar [...] reside sozinha, casa própria [...] a casa não possui banheiro e nem água encanada. [...] usa o banheiro do vizinho e faz suas refeições no CAPS [...] mantém boas relações com alguns vizinhos, onde pega água e faz suas necessidades [registros em prontuário].

...*Marias mulheres...*

[...] eu nasci numa família onde as mulheres não são bem-vindas. Mulheres, pronto, filhas do sexo feminino não são aceitas na minha família. Nem por parte de pai, nem por parte de mãe. Nunca foram [...] Então, eu fui criada muito reprimida. É... meus irmãos que eram homens, eles podiam, né? Fazer o que bem quisessem e entendessem e eu sempre tinha que ficar no canto, né? Tipo assim: a gente ia pra casa de algum, tinha um tio que a gente sempre ia pra lá, então a gente tinha que ficar lá, sentada no canto. Você já pensou uma criança sentada no canto o dia todo? [...] Só as mulheres.

...*Marias abusadas...*

[...] no final do atendimento, relata ter sofrido abuso sexual pelo seu irmão mais velho. Sofreu outro abuso quando foi residir com uma senhora, pelo filho desta e o vizinho [registro em prontuário].

...*Marias desamparadas*...

[...] fiquei sem médico, fiquei sem psicólogo, fiquei sem nada. Então, fiquei sem medicação. Aí você já tava sem trabalhar, sem ter comida em casa, um monte coisa, foi na época que cortou a energia, a água, aí você, assim, como se fosse, sabe? Eu não tinha suporte, então, eu tava sem ter, não tinha controle sobre nada a meu respeito.

...*Marias religiosas*...

[...] essa questão religiosa sempre me incomodou um pouco porque, na verdade, quando você entra em religiões, e a maioria assim muito fechadas, são hiper fechadas. Então é muito controladora. E lá eu vejo que, mulher lá não tem voz. Mulher lá não pode fazer nada. E a própria bíblia diz, eles usam muito um texto que diz que a mulher tem que aprender em silêncio, calada. [...] É porque na...é. Eu sempre fui passiva, sabe? Tinha a minha opinião, mas sempre, é como eu tava falando pra terapeuta. Eu disse: eu tinha a minha opinião, mas eu não podia expor a minha opinião. Eu tinha que sempre ficar calada e, quem cala, consente.

...*Virgens Marias*...

[...] deu esse suporte, deu [referindo-se à religião]. Mas por outro lado, eu deixei de viver. Porque hoje eu estou com 35 anos e hoje eu ainda nem beije na boca. Isso é um absurdo [...] Em pleno século XXI, cara.

[...] você tem que reprimir todos esses desejos.[...] Tipo assim, se...porque todo mundo tem desejo, né? Mesmo aqueles que estão fora da sua realidade, eles têm desejos. Então, eu naturalmente também tinha. Só que nós aprendemos que nós tínhamos que reprimi-los, entende? Então toda religião, qualquer organização, política ou não, então elas fazem uma lavagem cerebral em você e você fica condicionada a aquele sistema. Tipo, você não pode, não era permitido se masturbar. Pense na raiva que eu tinha, de que, passei esses anos todos, tá? Sem essa prática. Não tinha namorado, ou namorada e não podia. Então, e a pessoa acha aquilo como normal. É tão condicionado que...acha que está fazendo pra Deus, que Deus tá... você...a idéia de que você está agradando a Deus. Que você, tudo que você faz, todos os sacrifícios é para agradar a Deus e não a si próprio. Que a recompensa virá no paraíso, entende? [...] E quando os desejos aparecem, aí têm livros, têm técnicas de como você não ir, no caso, ir se masturbar, assim, ou arranjar um namorado, ou uma namorada pra satisfazer sexualmente. Então a pessoa é condicionada...

...*Marias pagãs*...

Eu era testemunha de Jeová. Era uma religião muito rígida, tá? Muito assim, sufocante, na verdade. Pra você entrar é a maior facilidade, agora pra você sair minha amiga, é que é um inferno. Eu estou vivendo num inferno lá na minha casa, num inferno [...] Eu pretendo me dissociar, ou seja, ou eles me expulsam, ou eu me auto-expulso, sabe? Então quando isso acontecer,

ninguém, absolutamente ninguém, aquelas pessoas que se diziam que era amigas, na verdade elas não são, porque, a partir desse momento, elas não poderão falar comigo em hipótese alguma.

[...] eu moro só, como você sabe. Saí do vínculo religioso por causa da minha sexualidade. Não dá pra ficar mais lá. Então eu não tenho ninguém cá fora. Eu tô assim no mundo sem ter suporte nenhum. Eu não tenho suporte de ninguém.

...*Marias des-crentes...*

Eu acho que eu não tenho fé naquilo [no que prega a religião testemunha de Jeová] e têm horas que eu também penso que eu não tenho fé em Deus porque eu entrei nessa, eu tinha treze, quatorze anos. Então eu tava em fase de formação ainda então eu passei a vida toda acreditando que aquilo era a verdade. [...] Eu acho que eu descobri que eu nunca tive fé, na verdade, né? Eu estava lá me enganando o tempo todo.

...*Marias Maria...*

[...] quando você aprende tudo, na bíblia, de que mulher com homem e vice-versa. [...] Então, você na verdade é condicionada. No meu caso, eu fui condicionada a essa, a ver dessa forma, né? E muito embora eu não aceitasse. Não era o meu desejo. Então, às vezes, eu tentava pensar, me imaginar com homem, mas não dava cara, não entrava na minha mente.

[...] eu sempre me interessei pelo mundo gay. Só que eu não poderia me interessar. Não poderia ler, não tinha acesso a livros. A nada. Por quê? Porque lá não era permitido, né? Porque a bíblia condena. Levítico, acho que 23, 18, 20, uma coisa assim, que é puni.. isso é passível de morte...

[...] Minha família toda é contra. Toda, toda, toda. Meu pai disse que se tivesse filho gay matava. E matava mesmo. Tem muita gente aí que... infelizmente... em pleno século XXI pensa dessa forma.

...*Marias José...*

Porque eu sempre me senti atraída. Hoje em dia eu tenho consciência das mulheres pelas quais eu fui atraída. Me sentia atraída e eu não sabia o porquê que era aquilo, o que era aquilo na verdade, entendeu? Não sabia que sentimento era esse. E hoje em dia eu sei. Depois foi que eu vim, e eu digo: 'ah, é?' Eu me sentia atraída por essa pessoa por causa disso e disso. [...] aí foi quando eu entrei no CAPS e aí conheci outras pessoas e tudo mais e, num dado momento, foi quando eu descobri, não é? Essa questão da minha sexualidade. Que na verdade eu nunca gostei de homens e sim de mulheres. Só que, por causa da religião, isso jamais poderia acontecer.

...*Marias desempregadas...*

Nunca exerceu profissão, só alguns serviços esporádicos. Já trabalhou como doméstica em casa de família, já trabalhou como assistente de serviços gerais em uma churrascaria. Já realizou concurso público para magisté-

rio, ficando como excedente. Hoje, encontra-se desempregada. Sobrevive fazendo “bicos”, pequenos serviços [registro em prontuário].

[...] Diz que a vida melhoraria se tivesse um emprego, mas que não tem perspectiva de encontrar; ‘faço concursos, entrego currículos e nada acontece [...] busco emprego e não encontro e fico sem esperanças e sem perspectivas’ [...] solicita ajuda para conseguir um emprego [registros em prontuário].

...*Marias loucas...*

[...] eu mesma quando era pequena, me chamavam de doida, eu pegava uma pedra, papocava na janela que quebrava o vidro.

[...] as mesmas pessoas que fornecem-lhe água, a têm destrutado, chamando-a de louca e a incomodando na sua casa. [...] foi acordada por quatro moças batendo-lhe na porta [registro em prontuário].

...*Marias gordas...*

[...] preocupação com seu aumento de peso; ficou acordado que a usuária deixará o CAPS a partir das 16:30 para fazer caminhadas. A solicitação foi feita pela usuária, que justificou ser atividade importante para o seu bem-estar; preocupação com o remédio, medo de engordar; ansiedade, comendo mais, aumento de peso [registro em prontuário].

...*Marias feias...*

Diz ser a ‘fossa da humanidade’; Maria possui uma auto-imagem negativa e uma péssima relação consigo mesma [...]: ‘quem gosta de si mesma não tenta se matar, tento sobreviver ao caos’; relata não gostar de se olhar diante do espelho porque se acha feia. Baixa auto-estima [Registros em prontuário].

[...] as pessoas hoje não estão interessadas em conviver por amor mesmo, elas estão interessadas no que você tem. Sabe? Então, essa é minha preocupação, porque é muito difícil você encontrar uma pessoa que goste realmente de você, como eu já disse, eu não tenho beleza, essas coisas contam muito.

...*Marias querendo ser consumidoras...*

[...] Porque eu como, eu bebo, eu visto, tá? Eu consumo. Não é porque eu sou uma usuária de CAPS que eu vou estar lá em um manicômio, no hospício, sei lá, que eu não vou consumir. Eu consumo. Eu preciso consumir, tá? Eu preciso trabalhar pra eu me sustentar [...].

Porque o usuário... apesar de ele ser usuário, ele come, ele bebe, ele veste, né? Ele precisa de moradia, se ele não tem uma casa ele vai precisar pagar um aluguel. Vai precisar pagar a água, ele come. Então ele consome. É um cidadão como outro qualquer, que ele consome. Então se ele não tem uma estrutura pra que ele possa viver lá fora com uma certa liberdade. Não é só liberdade só que, ah, tem a medicação, tá bem, chega, vamos dar alta. Não, mas ele tem que ter condições de viver lá fora. Por conta própria, né?

...*Marias Zé Ninguém...*

[...] Mas e o Zé Ninguém que é viado? [...] Ela é a Maria Ninguém, tá entendendo? Tipo assim, o que é que não vai acontecer com ela [...] ela pode se ferrar [...].

Maria Zé Ninguém?

É exatamente, sabe? Ela pode, tipo assim, qualquer pessoa pode ir lá e chutar ela.

Então porque, é esse o discurso da tolerância: eu tolero você porque você tem uma grana, você tem amigos, né? Mas bicha, pobre, eu já escutei isso, e feia...

E feia.

Não tem lugar.

Tipo assim, as que vão vender acarajé, tá entendendo? Que tem uma discussão, lá tinha uma, numa festa, aí ela falou ah, porque eu tenho, eu não tenho vergonha, tô há dez anos desempregada?, ela se falando no, usando o feminino, né? Também negra e tal. Negra, né? E ela tem vergonha de botar uma barraquinha de acarajé lá, porque aí o classismo, o classismo, [...], dentro do mundo GLS é foda. É muito foda. As bichas querem ser ricas e pisar. Sim, mas é uma coisa muito forte, sabe? Eu vejo as pessoas muito assim, ó, tipo assim, é bicha fina, tá entendendo? Têm as bichas pobres e as bicha finas. As bicha baixaria [...].

...*Marias que, de tão gritantes, que de tão denunciadoras, são silenciadas, são tornadas invisíveis...*

Apresenta-se muito triste, olhando para baixo o tempo todo; responde a contragosto às perguntas; pouco comunicativa; durante atendimento, mantém-se cabisbaixa [...] comportamento inibido, dificuldade na relação interpessoal, pouca participação na discussão [registros em prontuário].

[...] têm aqueles usuários que se isolam e assim, como são vários usuários, e a gente procura sempre aqueles mais críticos, e aquele que é quietinho, a gente acaba deixando, né?

Porque, assim, era alguém que, isso é foda porque é troço de CAPS, a pessoa tá lá, tá quieta, tá muda, tá calada, tá tudo bem, não vamos futucar não, vamos ver o outro que tá gritando, que tá vindo, assim. Como ela tinha essa postura...

... porque as suas aparições poderiam incomodar...

A princípio, a primeira consulta que tive com ela, ela tava bastante reticente. Ela tem um quadro de disforia, que é uma depressão arrastada, é... com características de irritabilidade, de... de indisposição de uma forma geral, alguma coisa assim, a princípio muito espinhosa, com dificuldades de se abrir, ela trouxe muita referência aos traumas pessoais dela, às vivências sexuais traumatizantes pelas quais ela passou.

Fazendo-se de “um desconhecido, um conhecido anormal” (Veiga-Neto, 2001, p. 115), o *técnico* justifica a postura *reticente* da *usuária* com um diag-

nóstico. Talvez, se a usuária tivesse falado de forma desenfreada, o diagnóstico de disforia desse lugar ao de transtorno bipolar em seu período de mania. Toda diferença é enquadrada e passível de enquadramento, transformada em igualdade, silenciada. A tristeza, a revolta, o desamparo transfiguram-se em depressão. O problema das desafiliações sociais, do transtorno mental, da homoerótica, da diversidade sexual é encerrado no interior do indivíduo (no psicológico e no biológico), não se levando em consideração o fato de que tais problemáticas se articulam com circunstâncias histórico-político-culturais. Na contramão disso, denunciando a articulação entre processo de adoecimento e estigmatização, Sawaia (2004) constrói a noção de sofrimento ético-político. Também a esse respeito, Carreiro (2004, p. 94) indica:

Para sujeitos que pertencem a categorias que têm um acúmulo de desfiliações sociais (habitação, educação etc.), eles encontram no corpo doente um modo de ter a cidadania reconhecida, ao experimentarem grande sofrimento de origem social [...] o aspecto social fica abafado e o que sobressai é o individual [...] o indivíduo doente. [...] As instituições podem oferecer aos indivíduos “projetos-doença” e estes podem aceitá-los para ter legitimada a cidadania e certos níveis de sobrevivência.

Da negritude das Marias, de suas situações de mulheres pobres, suburbanas, abusadas; do desamparo e do impacto da religião em suas vidas, entre as virgens Marias e as Marias pagãs; da descrença, do desemprego, da loucura, do formato gordo e corpulento de seus corpos, da feiúra, da vontade de serem consumidoras, são elas consumidas como Marias Josés, Marias Ninguém, Marias tantas, mercadorias com valor específico no mercado das identidades do contemporâneo: clientela das políticas públicas.

Ao seguir as narrativas, as trajetórias dessas Marias (técnico/as, usuária/os, familiares, de pessoas enfim), fica em relevo que a forma vigente de entendimento e atendimento à loucura se encontra imbricada com modos biopolíticos de produção de subjetividades. Ou seja, com maneiras bem delimitadas no tempo e no espaço de tradução da diferença, as quais acoplam o outro, todos os outros e devires outros, às categorias do Mesmo: louca normal é, nesse circuito, louca heterossexual.

Mulher = Heterossexual: sobre o atravessamento da heteronorma nos serviços de saúde

A partir das narrativas, descrições e análises realizadas, nos parece evidente que, no CAPS pesquisado, partilhando-se das normas de gênero estabelecidas pela vontade de ordem sexual vigente, presencia-se a naturalização da heterossexualidade.

Mediante naturalização da heteronorma, em alguns momentos, sobretudo, nos atendimentos formais, parece haver a invisibilidade das mulheres que vivenciam práticas homoeróticas. Quando elas ousam pedir auxílio às/aos especialistas, as/os mesmo(a)s partem do pressuposto de que elas são heterossexuais. Quando elas ousam colocar em xeque tal pressuposto, elas/eles, veladamente ou não, discretamente ou não, conscientemente ou não, adotam posturas preconceituosas e estigmatizantes. Como consequência, tais mulheres passam a não mais utilizar serviços de saúde.

Ah, doutora [diz o nome da profissional] [rindo]. Ela disse que, pra quê que eu queria libido? Aí deu vontade de dizer: pra me masturbar, por exemplo. Só que aí eu fiquei calada, peguei a receita e vim embora. [...] eu disse assim: eu sei que essas medicações, elas tiram a libido. Eu não queria que isso acontecesse, né? Eu queria ter mais libido e tudo mais. Ela disse: ‘você é casada? Não. Tem companheiro? Não. Tem namorado? Não. Pra que é que você quer libido?’.

E o que você acha? O que é que você pensa dessas perguntas?

Eu acho que ela não devia nem ter perguntado se eu sou casada, se eu tenho companheiro, se eu tenho namorado. Ela deveria dizer: ‘olhe, essa medicação realmente pode tirar a libido’. Não devia querer saber se é casada, se é solteira, se é emancipada ou tico tico no fubá. Se a pessoa quer ter a libido... porque alguma coisa ela vai fazer com a libido dela, tá? E aí não interessa.

Eu fui pra uma ginecologista, por exemplo, pra aquela eu não pretendo ir nunca mais na minha vida.

Por quê? Como é que foi?

Porque a médica...Então eu fui na médica [...] e aí eu quis tirar umas dúvidas, assim, em relação a sexo, né? Sobre contaminação, doença, DST e tudo o mais. Ela disse assim primeiro: ‘use camisinha’, tá? [...] Aí quando eu falei, sabe? Ela já ficou... tomou aquele choque. Quer dizer, um profissional desses, uma ginecologista especificamente, não deveria agir daquela forma. É, mas só que os profissionais, né? Eles não estão... assim, preparados pra esse tipo de pessoa, pra pessoas como eu, prum travesti, tá? [...] Então, os profissionais, não é só CAPS, é toda a rede, ela tem que estar preparada, o profissional na área de saúde tem que estar preparado pra lidar com o mundo, com o público gay.

[...] Ah, porque uma médica não pode ser, talvez por ser, de, ela ser de idade avançada, não, ela é nova. Relativamente nova. Tem nada a ver isso de idade avançada ou não avançada...nível superior ou inferior, não tem nada a ver. Infelizmente eu me sinto tão constrangida, tão envergonhada, tão mal, que eu saí dali, eu disse ‘não diabo’.

Para prestar assistência à saúde da usuária, psiquiatra e ginecologista – mulheres, diga-se de passagem –, partiram do pressuposto de que a mulher por elas atendida era heterossexual. Afinal de contas, a partir das normas de gênero, toda e qualquer mulher é, sem sombra de dúvidas, *hetero*. Partilhando da *imaculada* equação mulher/heterossexual/esposa (submissa, diga-se de passagem)/mãe, não existiriam motivos para se incluir o item *expressão-orientação sexual* no protocolo da *consulta*. No caso da consulta com a ginecologista, a *revelação* da homossexualidade se dá “após perguntas que pressupõem a heterossexualidade” (Facchini, 2004, p. 41) e, depois de tal revelação, ela parece não saber como prosseguir a assistência, “*você sente o choque da criatura, entendeu?*” (*sic*), agindo de forma preconceituosa:

[...] as lésbicas quando vão ao médico ou seja lá qualquer serviço, então eles se se, se perceberem que são, a gente é muito discriminada.

[...] Mulher é sinônimo de heterossexualidade. E aí, tipo assim, o governo tá ligado a essa cultura heterossexista, sabe? Onde as pessoas acham normal, por exemplo, cobrar de uma outra mulher que ela é sapatão e, ao mesmo tempo, tipo assim, abrir as pernas pro homem em casa, pra ele fazer o que quiser. De transar com ela quando quiser, sabe? Sem ter gerência sobre seu corpo e tal e, de violência, na verdade, assim, de violência, de bater mesmo...

Discutindo tal problemática, Facchini (2004, p. 40) assinala “a questão da humanização da assistência”, a qual discorre “sobre a orientação e capacitação dos profissionais de saúde no sentido de agirem em relação aos seus pacientes tratando-os como sujeitos e não como objetos”. Todavia, ela prossegue, afirmando que:

Creio que é necessário pensar em que medida, ainda que o/a profissional de saúde aborde sua paciente/cliente como sujeito, ela não seguirá sendo pensada *a priori* como “sujeito heterossexual”. Como evitar que a revelação de orientação ou práticas não-heterossexuais, ou mesmo o olhar um corpo feminino marcado pela androgenia ou por uma aparência masculinizada, leve a um estranhamento em relação à paciente? [...] vê-las como humanas ou sujeitos não garante preparo para que o/a profissional se veja confrontado/a com suas próprias pré-noções sobre mulher e sobre sexualidade.

A esse respeito, alguns/mas usuários/as, discutindo sobre posturas de profissionais que corroboram com uma certa fixidez e distorções no que se refere a identidades sexuais e de gênero, afirmam:

Bom, eu particularmente, tipo assim, quando eu comecei, quando eu me descobri, eu também achava que eu ia ser sempre passivo, mas depois pensei: ‘Não, eu posso ser ativo. Como é que eu vou satisfazer minha namorada, minha mulher?’, digamos que eu tenha e tal. Então, tem que ser ativo e

passivo ao mesmo tempo. Então, à medida que eu fui lendo e conversando com algumas pessoas, eu vi que não tem um molde, uma fórmula, tá?

[...] Eles acham que a lésbica quer ser homem. Mas só que na verdade não é isso. Têm muitas mulheres de cabelo comprido, que se veste de forma feminina e que você...pode ser sua vizinha, sua professora, você pode já ter...entendeu? Não, mas eles acham que tem um estereótipo pra...

Que é só um estereótipo.

É. Que só é isso. Mas não é isso, tá? Eu mesmo gosto de vestir bermuda e calça, mas eu não quero de forma ser homem em si, entendeu? Eu não quero ser homem.

Facchini (2004, p. 41), então, questiona:

Como romper com pré-noções na ausência de informações mais específicas? Como esperar que profissionais – socializados na mesma sociedade que procura, num casal de mulheres, pela figura “o sapatão” e as imagina como uma cópia malfeita de um “padrão heterossexual” – possam superar tais pré-noções no momento da atenção sem apoio específico, para isso, em sua formação? Como esperar que essas mulheres busquem por serviços, profissionais e cuidados que não são pensados – por elas mesmas e pelos profissionais e serviços – como lhes dizendo respeito?

As pessoas inseridas em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) destinados para o cuidado ao transtorno mental chegam ao serviço com a loucura *estampada na cara*. Conforme já registrado, embora se tendo a loucura como centro da discussão e do cuidado, outras diferenças/desigualdades sociais também circulam no serviço: de classe social, de raça/cor, de gênero, sexuais. Alguns costumam, com orgulho, proclamar, nos espaços dos CAPS, a sua orientação religiosa, destacando-se, nesse quesito, os evangélicos. Nessa interseção entre diferenças de diversas dimensões, o que ainda se quer é a produção de igualdade, a homogeneização dos espaços, das práticas, dos discursos, das pessoas. Desse modo, os filhos de santo, os que frequentam a umbanda ou terreiros de candomblé não aparecem, a não ser em momentos de crise psicótica. O mesmo se diz da diversidade sexual: o tema da *homossexualidade*, por exemplo, tende a ser publicizado apenas em momentos de crise psicótica – uma das razões pelas quais muitos ainda costumam articular psicose e homossexualidade –, ou em espaços individualizados. Quando muito, ele aparece no espaço institucionalizado destinado à discussão de questões concernentes à sexualidade – a oficina de sexualidade –, espaço no qual, os que se dizem homossexuais não se *atrevem* a se colocar como tais, sob pena de serem discriminados e estigmatizados num lugar – o CAPS – que tem como norte a luta a favor do respeito, do convívio, da expressão do diferente e da diferença, uma luta que costuma se transfigurar ou, pior, que já nasce transfigurada na busca pelo que é apenas politicamente correto. Inclui-se, nessa busca, a tolerância daquilo que é diferente, mas inferior a *nós*:

[...] eu aceito totalmente [...] nós não temos que ter preconceito com essas pessoas. E o pior é que elas estão em volta da gente o tempo inteiro, né? Porque [...] por mais que a gente não queira, a gente tem a volta esse tipo de pessoa. Por mais que a gente não queira.

Nós, os estabelecidos, “não temos que ter preconceito com essas pessoas” (*sic*), os *outsiders*, aqueles que “estão em volta da gente o tempo inteiro” (*sic*) e que, por isso, é preciso incluir na norma, incluir numa sociedade pré-fabricada, em modelos pré-fabricados (Elias, 2000; Veiga-Neto, 2001). Essa é justamente a noção de inclusão social politicamente correta, a qual tende a circular os espaços do CAPS vinculada à “idéia de direitos homogêneos a todo cidadão que participe de uma ordem também homogênea de direitos. E [...] uma ordem também homogênea de demandas” (Adorno, 1999, p. 93).

Adotando-se a Identidade inequívoca do Cidadão, com *c* maiúsculo, (homem branco, masculino, heterossexual, estabelecido, rico, bonito, trabalhador, consumidor) como parâmetro, como preconceito *mor*:

Na vida cotidiana, os preconceitos funcionam como uma forma de restrição do acesso aos direitos garantidos por lei. As pessoas diretamente responsáveis pela oferta de serviços públicos muitas vezes agem, em relação à clientela, segundo seus próprios critérios, desrespeitando os princípios de cidadania. Isso significa que muitos agentes da execução prática das políticas sociais não reconhecem como cidadão ou cidadã uma determinada pessoa porque, de acordo com o seu preconceito – que pode ser de raça, [de gênero], de sexo, de classe ou de atitude diante da sexualidade – que determina seus critérios, essa pessoa não se encaixa no perfil de alguém portador de direitos. Esse fato social, que consubstancia várias dimensões da relação entre os indivíduos e a prática da cidadania na vida cotidiana, é parte da dinâmica que reproduz a desigualdade (Ávila, 1999, p. 45).

Pela Produção de Outros Modos de Abordagem à Saúde das Mulheres e, em particular, às que Vivenciam Práticas Homoeróticas

Compondo com Louro (2004), o que quero propor no presente texto é um estranhamento do intolerável. Segundo a autora, intolerável não diz respeito ao que a maioria das pessoas acha que é. Aqui se entende que um dos vestígios capitais do intolerável é justamente o que para muita gente não o é, e sim normal, colocado, por muitos, no plano do aceitável.

Na rede de saúde mental pesquisada, no que se refere aos temas relações de gênero e sexualidade, o intolerável (Louro, 2004) foi aos poucos se instaurando quando a sensação de incapacidade e de insegurança, expostos e geradores de crise no(a)s técnico(a)s, foram se apaziguando por entre capacitações

e por um cotidiano amortecedor, produtor de igualdade e legitimador do discurso técnico que faz despontar o especialista, o cuidador, o guardião dos preceitos morais de sua sociedade. Aqui está o cerne da função educativa, a qual gera uma transformação da contradição institucional para a *consciência* do sujeito operador de políticas públicas.

Diante desses/as técnicos/as, formados/as para serem *guardas* da instituição moral, uma usuária aponta que, para haver mudança de postura desses/as trabalhadores/as na assistência à saúde de pessoas que se dizem *homossexuais*, mais especificamente daquelas que se dizem lésbicas, mais do que a formação acadêmica, mais do que o grau de titulação, é primordial a *abertura de mentalidades* (que, diga-se de passagem, não se equivale aqui a, tão proclamada por muito(a)s, *tomada de consciência*):

[...] Teria que ter profissionais, tipo assim [...] pessoas de mente aberta, tá? Com a visão totalmente diferente das pessoas com a mentalidade do tempo das cavernas, sabe? Ééééé [...], porque como é que você é um profissional que, como uma vez eu fui ao médico, tá, esse médico fez um mestrado, doutorado, não sei aonde, nos Estados Unidos. Quando eu fui me consultar com ele: uma merda, desculpa aí a expressão [...] Não, ele pode ter se especializado no inferno, no céu, pra mim ele não serve, entendeu? Então não adianta você se especializar se você não é um bom profissional, se você não tem uma mente aberta pra lidar com esse tipo de situação.

Compondo com a importância da abertura de mentalidades, a supracitada usuária assinala:

[...] a necessidade de [...] discutir isso. E ver o que a gente gostaria que melhorasse no sistema de saúde, a forma como a gente deveria ser atendida. É chegar lá e dizer assim: ‘a gente gostaria, a gente tá montando um projeto que nós gostaríamos de ser atendidas dessa forma, que não nos discriminassem’. Aquelas meninas que gostam de usar o nome social e tal. Porque chega lá uma menina toda masculinizada vão pensar que é um homem, daqui a pouco chama de Josefa, né? Se ela tem um nome social, se gosta de ser chamada de João, por exemplo. Aí, já começa daí, sabe, não só no caso das lésbicas, mas também das travestis, das transgêneros e tudo. [...] Ela toda de saia, de calça, toda feminina, chamada de [cita o nome masculino], olha o constrangimento, tá? [...] Então são essas as coisas, além da forma de tratamento do próprio profissional, que é o mais difícil, né?

[...] acham que a lésbica quer ser homem. Mas só que na verdade não é isso. Têm muitas mulheres de cabelo comprido, que se veste de forma feminina e que você...pode ser sua vizinha, sua professora, você pode já ter...entendeu? Não, mas eles acham que tem um estereótipo pra... Que é só um estereótipo.

É. Que só é isso. Mas não é isso, tá? Eu mesmo gosto de vestir bermuda e calça, mas eu não quero de forma ser homem em si, entendeu? Eu não quero ser homem.

No processo de *abertura de mentalidades (sic)*, um possível caminho a ser trilhado parece ser o de desconstruir perspectivas enviesadas e naturalizadas sobre práticas homoeróticas, a partir das quais se costuma veicular discursos que proclamam a existência de modos fixos de ser e de viver a sexualidade, de um Verdadeiro Homossexual. Para isso, nos parece importante o encontro com pessoas e entre pessoas, levando-se em consideração a diversidade que *nos* atravessa, desconstruindo-se a naturalização da adoção de categorias com letras garrafais, como por exemplo, a das Lésbicas. Talvez também seja relevante revisar/desconstruir a ideia de que haveria um único norte, ou um modo *superior* de *ser* Mulher e vivenciar sua Feminilidade, bem como experienciar relações afetivo-sexuais, a saber, o Heterossexual, com M, F e H maiúsculos, e que as *sexualidades dissidentes* seriam apenas uma cópia defeituosa da matriz *hetero* e da matriz monogamia.

Articulando-se com tais indicações, Facchini (2004, p. 41) assinala:

Não se trata de pensar soluções unilaterais, ou seja, que abordem os profissionais ou apenas as pacientes [...] o mais importante é que, ao propor qualquer estratégia de inclusão dessas mulheres nos serviços ou políticas tendo em vista suas demandas, leve-se em conta a diversidade desse “segmento” e se evite responder ao preconceito e/ou invisibilidade com a construção de um corpo ou sujeito de direitos hiper-real.

O que se pretende analisar fica, então, no nível das práticas em cada circunstância singular, sem que daí derivem regras formais, modelos. Eis o desafio: que nossas análises incidam sobre as práticas, lhes dando porosidade, sem alimentar o universal, uma grande narrativa, sem que se produza com elas novas regulamentações!

Abrindo...

O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto que a linguagem os marca e as idéias os dissolvem), lugar de dissociação do EU (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A genealogia, como análise da proveniência, está portanto no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história [sobre o corpo se encontra o estigma dos acontecimentos passados] e a história arruinando o corpo (Foucault, 2001, p. 22).

Denunciando a construção de regimes de verdade que apontam um “lugar ‘natural’ e fixo para cada gênero”, para cada sexo (Louro, 2007, p. 32), ou seja, desconstruindo-se a dicotomia Homem e Mulher e, com ela, Masculino e Feminino, Heterossexual e Homossexual, abre-se a possibilidade de pensar/considerar “a pluralidade existente em cada um desses pólos” (Louro, 2007, p. 48): “os sujeitos que constituem a dicotomia são [...] homens e mulheres de várias classes, raças, religiões, idades etc.” (Louro, 2007, p. 33). Desse modo, poderíamos prosseguir, no campo da saúde mental e em qualquer lugar, não mais ignorando⁶ “diferentes formas de masculinidade e feminilidade que se constituem socialmente”, não mais ignorando/ exotificando/ discriminando/ patologizando “mulheres e homens que vivem feminilidades e masculinidades de formas diversas das hegemônicas e que, portanto, muitas vezes, não são representados/as ou reconhecidos/as como ‘verdadeiras/verdadeiros’ mulheres e homens” (Louro, 2007, p. 34).

Não podemos esquecer que aquelas pessoas que costumam ser inseridas para o cuidado nos CAPS a partir da categoria Cidadania, tendem, ainda, a aparecer, de modo *unilateral e simplista*, como *rostos* homogêneos, como “aqueles que têm um destino já conhecido e previsível” (Coimbra, 2001, p. 250). Não podemos esquecer que a incorporação de formas específicas de subjetivar homens e mulheres se reverte em práticas também específicas nos serviços de saúde. Tampouco podemos esquecer que, enquanto o gênero no campo da saúde tender a se restringir à mulher-mãe-dominada, não abarcaremos as questões supracitadas; não sairemos do departamento *saúde da mulher*; não problematizaremos tais questões; não denunciaremos a construção de regimes de verdade que apontam um “lugar ‘natural’ e fixo para cada gênero” (Louro, 2007, p. 32), que também produz, escamoteando-se, assim, as relações de poder em jogo; sobretudo, não desenvolveremos um trabalho de (trans)formação nos serviços de saúde de modo geral, junto a gestores, trabalhadores, usuários e comunidade, junto a todos e cada um de nós.

Fecho/Corto este texto voltando a seu início: ao curta de animação *Vida Maria*. Ele se encerra com a janela e um caderno aberto sobre a mesma. O vento muda suas páginas, nas quais estão desenhados os nomes de tantas Marias: Maria de Lourdes, Maria José, Maria de Fátima, Maria das Graças, Maria do Socorro etc. Dedico este artigo às Marias que pude encontrar e conviver na rede de saúde mental de Aracaju. Dedico a uma em especial que, de tanto gostar de desenhar nome, ao sair de casa no sertão e vir morar na cidade, fez o curso de magistério. Hoje, depois de tantos anos, de tantas tentativas, de tantos desejos e apesar de tantas desafiliações, o sertão virou mar: adentrou a universidade. A vocês Marias e aos seus nomes escritos na história! Que eles não se resumam a prontuários traduzidos e manipulados por especialistas escravos/as da moral. Que seus nomes não se resumam a confissões e normalizações. Que eles possam introduzir no tempo, no nosso tempo, o descontínuo, o inesperado, o impensável. Que eles possam “fazer pulular mil acontecimentos agora perdidos sob a marca da identidade” (Foucault, 2001, p. 20); “reintroduzir no

devir do tempo tudo o que se tinha acreditado imortal no(s) homem(ns)” e nas mulheres (Foucault, 2001, p. 27); subverter – por que não? – tais pólos identitários, potencializando forças que habitam *entre* eles, arriscando o inominável povoamento das fronteiras. Que o vento nos sopra mudanças! Afinal, essa:

É uma gente que ri quando deve chorar e não vive, apenas aguenta. Mas é preciso ter força, é preciso ter raça, é preciso ter gana sempre. Quem traz no corpo a marca Maria mistura a dor e a alegria. Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça, é preciso ter sonho sempre. Quem traz na pele essa marca possui a estranha mania de ter fé na vida (Milton Nascimento e Fernando Brant).

Recebido em julho de 2009 e aprovado em janeiro de 2010.

Notas

- 1 [...] Acréscimos meus. Daqui por diante, o uso de colchetes indicará meus acréscimos.
- 2 Do capitalismo industrial, fordista, que colocava os indivíduos como produtores, para o capitalismo financeiro globalizado, o qual assinala os indivíduos como consumidores.
- 3 Maiores informações sobre minha inserção-implicação com a rede de saúde mental aracajuana, sobre o processo de escolha do CAPS a ser pesquisado, sua caracterização geopolítica bem como sobre os procedimentos/instrumentos metodológicos e de análise, vide Vasconcelos (2008).
- 4 Grifos meus.
- 5 No Grupo Focal realizado com usuários de um CAPS da rede de saúde mental aracajuana, apenas uma usuária se intitulou *negra*, sendo que muitos apresentavam tal cor de pele.
- 6 Conforme indica Louro (2004, p. 50), a ignorância não é neutra nem um “estado original”. Ela é sim “efeito – e não ausência – de conhecimento”.

Referências

- ADORNO, Rubens C. F. In: BARBOSA, Regina Maria; PARKER, Richard (Org.). **Sexualidades pelo Averso**. Direitos, Identidades e Poder. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, editora 34, 1999, p. 89-98.
- ALEXIS LÓPES, A. Ser ou não ser Triqui: entre o narrativo e o político. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (Org.). **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 187-194.

- ÁVILA, Maria Betania. Direitos Reprodutivos, exclusão social e AIDS. In: BARBOSA, Regina Maria; PARKER, Richard (Org.). **Sexualidades pelo Averso**. Direitos, Identidades e Poder. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, editora 34, 1999, p. 39-48.
- BENTO, Berenice. Da Transexualidade Oficial às Transexualidades. In: PISCITELLI, Maria; GREGORI, Maria F.; CARRARA, Sérgio (Org.). **Sexualidade e Saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro, Garamond, 2004, p. 143-172.
- BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARRETEIRO, Tereza. “A doença como projeto” – uma contribuição à análise de formas de filiações e desfiliações sociais. In: SAWAIA, Bader. **As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 5ª edição, 2004, p. 87-96.
- CECCIM, Ricardo Burg; PALOMBINI, Analice de Lima. **Imagens da Infância, Devir-Criança e a Formulação de uma Educação para o Cuidar**. Artigo ainda não publicado.
- COIMBRA, Cecília. **Operação Rio: o mito das classes perigosas**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.
- CORRÊA, Marisa. Fantasias Corporais. In: PISCITELLI, Maria; GREGORI, Maria F.; CARRARA, Sérgio (Org.). **Sexualidade e Saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro, Garamond, 2004, p. 173-182.
- COSTA, Jurandir Freire. O referente da identidade homossexual. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria (Org.). **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996, p. 63-89.
- DUSCHATZKY, Silvia; SKLIAR, Carlos. O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (Org.). **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 119-138.
- ELIAS, Norbert. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- FACCHINI, Regina. Mulheres, diversidade sexual, saúde e visibilidade social. In: RIOS, Luís Felipe et al. **Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde**. Rio de Janeiro: ABIA, 2004, p. 34-43.
- FERRE, Núria P. de L. Identidade, diferença e diversidade: manter viva a pergunta. LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (Org.). **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 195-214.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 16ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.
- FOUCAULT, Michel. O verdadeiro Sexo. In: FOUCAULT, Michel. **Ética, Sexualidade e política**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Traduzido por Elisa Monteiro e Inês Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária (Coleção Ditos e Escritos V), 2004.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**, 16ª Edição, Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.
- GONTIJO, Fabiano. Imagens identitárias homossexuais, carnaval e cidadania. In: RIOS, Luís Felipe et al. **Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde**. Rio de Janeiro: ABIA. 2004, p. 63-68.

LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. Babilônicos somos. A modo de apresentação. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (Org.). **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 07-30.

LOURO, Guacira Lopes. **Um Corpo Estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

NASCIMENTO, Milton; BRANT, Fernando. **Maria, Maria**. 1978.

PAULON, Simone. **A Desinstitucionalização como Transvalorização** – apontamentos para uma terapêutica do niilismo. Disponível em: <http://antalya.uab.es/athenea/num10/mainieri.pdf>. Athenea Digital, 10. 2006, p. 121-136.

PIOVEZANI FILHO, Carlos. Entre Vozes, Carnes e Pedras: a língua, o corpo e a cidade na construção da subjetividade contemporânea. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro (Org.). **Foucault e os Domínios da Linguagem**: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004, p.133-158.

RAMOS, Márcio. **Vida Maria**. Brasil, 09 min., 2007.

RESCALA, Tim; ABREU, Luis Alberto; CARVALHO, Luiz Fernando. **Realejo dos Bêbados**. 2005.

SAWAIA, Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader. **As Artimanhas da Exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Editora Vozes, 5ª edição, 2004.

SWAIN, Tânia Navarro. Identidade nômade: heterotopias de mim. In: RAGO, Margaret; ORLANDI, Luiz; VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). **Imagens de Foucault e Deleuze**: ressonâncias nietzschianas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 325-342.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2004.

VASCONCELOS, Michele. **Loucos e Homossexuais**: consumidores como outros quaisquer. Um estudo sobre modos de subjetivação de relações homoeróticas em um CAPS de Aracaju-Se. Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Dissertação (mestrado em Saúde Coletiva).

VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para excluir. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (Org.). **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 105-118.

Michele de Freitas Faria de Vasconcelos é graduada em psicologia pela UFS; mestre em saúde coletiva pelo ISC/UFBA, bolsista CNPQ; doutoranda e bolsista CAPES do Programa de Pós-Graduação em Educação na UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil, linha de pesquisa em Educação, Sexualidade e Relações de Gênero.

E-mail: michelevasconcelos@hotmail.com